

 **ESTADÃO.COM.BR**/Economia

Brasil e Venezuela - a economia explica?

26 de abril de 2013 | 2h 06

A defesa dos interesses das empresas brasileiras tem sido evocada com frequência para justificar posturas complacentes do governo brasileiro com os descaminhos da democracia em países da América do Sul, em particular da Venezuela. O crescimento das exportações brasileiras para o país vizinho desde o início do governo Chávez, que passaram de US\$ 536 milhões em 1999 para US\$ 5,056 bilhões em 2012, e a atuação de grandes grupos brasileiros na Venezuela, beneficiados pela "boa vontade" do governo venezuelano, seriam motivos suficientes para estimular a pouco transparente manobra que resultou no ingresso da Venezuela no Mercosul ou o rápido reconhecimento de Nicolás Maduro como presidente eleito, mesmo antes que a controvérsia sobre a necessidade de recontagem dos votos estivesse superada.

De fato, a participação da Venezuela como destino das exportações do Brasil cresceu de pouco mais de 1%, na década de 1990, para 2,08%, em 2012, ainda que o auge da relevância do país para as vendas externas brasileiras tenha sido alcançado em 2008, quando chegou a representar quase 3% do total das exportações. Por outro lado, o Brasil só ganha participação no total das importações venezuelanas na primeira metade da década passada. De lá para cá, essa participação tem oscilado em torno de 9%, indicando que as boas relações entre os governos não têm representado benefícios especiais para os exportadores do Brasil em comparação com fornecedores de outros países.

Também é verdade que grandes empresas do setor de construção civil atuam em obras públicas na Venezuela. Mas, embora possam ter sido beneficiadas pelo bom relacionamento do governo brasileiro com Chávez, a sustentação de seus interesses no país vizinho depende das boas condições das contas públicas venezuelanas, o que não parece estar garantido no médio prazo.

Do mesmo modo, o propalado interesse de empresas brasileiras em investir na Venezuela tem-se esvanecido nos últimos anos. De acordo com o IndexInvest Brasil - banco de dados de investimentos brasileiros na América do Sul e no México produzido pelo Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes) -, entre 2007 e 2012 foram realizadas quatro operações de investimentos diretos por empresas brasileiras na Venezuela (duas em 2007, uma em 2008 e uma em 2010). Nesses seis anos, a Colômbia recebeu 20 operações de investimentos brasileiros; o Chile, 19; e o Peru, 8. De outro lado, Bolívia e Equador não receberam nenhum investimento brasileiro nesse período.

Recentemente, mais do que a redução dos investimentos, empresas brasileiras têm anunciado o cancelamento de investimentos divulgados ou, mais grave, a decisão de encerrar suas atividades em países da região. Não por acaso, os anúncios de retirada são, na maioria dos casos, em países onde a instabilidade econômica é aliada à instabilidade política para gerar um clima de insegurança jurídica e reduzidas perspectivas de crescimento econômico. Assim, o expressivo investimento anunciado pela Braskem na Venezuela não se concretizou. A Ambev decidiu encerrar sua produção no país em razão da queda prolongada das vendas de seus produtos, além de um persistente aumento de

seus custos operacionais. A Natura também anunciou o encerramento de suas atividades na Venezuela. Movimento semelhante vem sendo observado por empresas brasileiras com investimentos na Argentina.

Não há dúvida de que a vizinhança é um espaço relevante para as empresas industriais brasileiras, tanto em suas relações de comércio como de investimentos diretos. Os crescentes investimentos brasileiros em países como Colômbia, Peru e Chile confirmam essa constatação.

No entanto, a qualidade do entorno econômico e político importa. Sustentar os interesses econômicos em alianças com governantes que demonstram baixo compromisso com a democracia, transparência e segurança jurídica e buscam promover o crescimento recorrendo a medidas discricionárias, que protegem aliados e discriminam os supostos desafetos, não parece ser a melhor estratégia para promover o interesse das empresas brasileiras. A experiência dessas empresas na América do Sul mostra que a melhor defesa dos seus interesses é a promoção de um ambiente de normalidade democrática e de políticas econômicas que privilegiem a transparência e a estabilidade de regras.

*** Sandra Polónia Rios e Pedro da Motta Veiga são diretores do Cindes.**